

## Destaque

### Valor Econômico

#### Oferta de energia gera polêmica entre governo e investidor

Cláudia Schüffner Do Rio

O setor elétrico brasileiro está vivendo hoje momentos de grande discussão sobre o suprimento de energia até o final da década. Esse debates lembram um pouco as discussões e alertas que precederam o racionamento de energia em 2001. Um extrato dessa discussão pôde ser visto ontem no seminário "O Futuro do Setor de Energia no Brasil", promovido pelo Valor. Enquanto o setor privado fala na ameaça de a oferta de energia, em 2009, ser menor, ou pelo menos igual, à demanda do país, o governo fala em ameaça de superoferta.

Um dos mais otimistas tem si-o o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, que ontem considerou "assombroso" o número de investidores que apresentou empreendimentos na fase de pré-habilitação para o leilão de energia nova, que será realizado em dezembro. Foram 258 projetos, que juntos teriam capacidade de gerar 63.378 megawatts ( MW).

Apesar de já ter admitido que esse volume não é crível, e deve ser reduzido até o final da fase de habilitação, Tolmasquim ressaltou que esses investimentos correspondem a cerca de dois terços da atual capacidade instalada do país. Mais cautelosos, o presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Cláudio Sales, e o vice-presidente da Associação Brasileira dos Geradores de Energia Elétrica (Abrage), Antonio Bolognesi, sugerem mais incentivos aos investidores.

Sales mostrou estudos feitos pela empresa de consultoria PRS, do consultor Mário Veiga, apontando para 2009 uma oferta de 57.400 MW médios (MW/m), para uma demanda de 57.300 MW/m. Sales ressaltou que a oferta estimada em sua apresentação considera a geração de energia por usinas termelétricas que já não têm gás.

Em 2005, o déficit de gás é de 18,2 milhões de metros cúbicos por dia, volume que aumentará para 23,9 milhões de metros cúbicos /dia em 2009, mesmo com o aumento do suprimento de gás a partir de 2007. Por isso, Sales considera "muito provável" que, em 2008, seja necessário colocar em operação térmicas gerando a partir de óleo diesel, quando elas foram construídas para usar gás.

"O drama é que o óleo diesel é caríssimo, e o custo disso pode ser de R\$ 2 bilhões, apesar de já ter ouvido falar até em R\$ 3 bilhões. E esse é um custo que não se sabe quem vai arcar com ele", disse o presidente da Câmara de Investidores, ao cobrar "mais realismo do governo para evitar desabastecimento".

Já Bolognesi, da Abrage, previu a necessidade de acrescentar 16 mil MW médios ao parque instalado brasileiro até 2010, a um custo estimado em US\$ 21,7 bilhões. Ele ressaltou a importância de se ter em operação, até lá, as 17 usinas hidrelétricas que o governo pretende licitar no leilão de energia nova - para as quais só obteve licenciamento ambiental de quatro, até agora - e chamou atenção para o tempo de construção dos empreendimentos, não inferior a sete anos.

As preocupações com o des-compasso entre oferta e demanda de energia ganham vulto diante da dificuldade que o governo enfrenta para obter as licenças prévias para as 17 hidrelétricas. Quanto a isso, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, acha que o governo não está conseguindo transmitir corretamente para a sociedade que a geração de energia tem um custo ambiental.

"Se como sociedade não for-mos capazes de olhar o conjun-to, estamos fadados à falta de energia. Mas não estamos conseguindo passar isso, e sim a utopia de que é possível ligar a luz em casa sem nenhum impacto ambiental", ponderou Kelman.

Ao lembrar que o atraso no licenciamento ambiental das hidrelétricas pode levar ao uso de óleo diesel, o diretor-geral da Aneel comparou esse combustível ao perfume Chanel número 5, dado o preço do diesel, que é cerca de três vezes mais caro que o gás.

Outra queixa que vem se tornando unanimidade no setor, ressaltada tanto pelo CBIEE quanto pela Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace), diz respeito ao peso dos encargos e tributos. "Se não erradicarmos os encargos do setor, estaremos destruindo a competitividade da cadeia produtiva brasileira", disse Paulo Ludmer, da Abrace.